

PATRULHA RURAL GEORREFERENCIADA: GESTÃO, IMPACTO E EXPANSÃO DO PROGRAMA NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

GEORREFERENCED RURAL PATROL: MANAGEMENT, IMPACT AND EXPANSION OF THE PROGRAM WITHIN THE FRAMEWORK OF PMGO

AZEVEDO, Antônio Leigue¹

BORBA, Geyson Alves²

RESUMO

O presente artigo tem objetivo geral de verificar e estudar os recursos existentes, a gestão atual e constatar se a expansão do Programa Patrulha Rural Georreferenciada na PMGO seria benefício para a população e para o estado de Goiás. Foram levantados quais são os benefícios para a população através da expansão do projeto Patrulha Rural Georreferenciada, no serviço operacional da Polícia Militar de Goiás, como o aumento na sensação de segurança, mais agilidade no atendimento de ocorrências, maior proximidade da população e Polícia Militar, aumento das ocorrências proativas, por meio de estudo realizado em todo o estado de Goiás. Para isso foi feita pesquisa de campo por meio de entrevista com o coordenador do programa na região de Catalão, da referida unidade policial, bem como levantamento de dados por meio do Observatório de Segurança da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, além de estudos comparando com outros estados. Ficou constatado que desde a criação da Patrulha Rural Georreferenciada em 2017, houve um aumento expressivo no registro de ocorrências proativas em zona rural, mostrando a melhora na eficiência e combate ao crime através do programa, e sua maior capacidade de atendimento e registro. Com a expansão do programa é possível mapear toda zona rural do estado de Goiás, além de catalogar todas as propriedades e seus bens, facilitando a localização para o atendimento de ocorrências além do rastreamento dos bens em qualquer parte do estado, através do banco de dados da patrulha rural, primeiro do tipo no Brasil. Com tantos benefícios através do georreferenciamento, é recomendável a expansão do programa além de outros estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Polícia Militar. Patrulha Rural. Georreferenciamento. Policiamento.

ABSTRACT

The present article has a general objective of verifying and studying the existing resources, the current management and to verify if the expansion of the Rural Patrol Program Georeferenced in the PMGO would benefit the population and to the state of Goiás. through the expansion of the Georreferenciada Rural Patrol project, in the operational service of the Military Police of Goiás, as the increase in the sense of security, more agility in attendance of occurrences, greater proximity of the population and Military Police, increase of proactive occurrences, through study conducted in the entire state of Goiás. For this purpose, field research was conducted through an interview with the coordinator of the program in the Catalão region of the police unit, as well as data collection through the Security Observatory of the Secretariat of Public Security of Goiás, besides studies comparing with other states. It was verified that since the creation of the Georreferenciada Rural Patrol in 2017, there has been a significant increase in the registration of proactive occurrences in rural areas, showing the improvement in efficiency and fight against crime through the program, and its greater capacity of attendance and registration. With the expansion of the program it is possible to map all the rural areas of the state of Goiás, besides cataloging all the properties and their assets, facilitating the location for the attendance of occurrences besides the tracking of the goods in any part of the state, through the database of the rural patrol, the first of its kind in Brazil. With so many benefits through georeferencing, it is advisable to expand the program in addition to other studies on the subject.

Keywords: Military police. Rural Patrol. Georeferencing. Policing.

1 INTRODUÇÃO

Em toda história do nosso país, a segurança nas áreas rurais, também é feita pela Polícia Militar, desde a sua criação. Segundo dados da Polícia Militar do Estado de Goiás (GOIÁS, 2008), o patrulhamento rural foi criado no Estado de Goiás no ano de 1993 nos municípios de Indiara e Piracanjuba, e em 1994 em Quirinópolis, objetivando prevenir e o dominar a criminalidade no meio rural. A demanda percussora do policiamento rural foi o combate a criminalidade, com foco especial furto de gado.

Goiás vem se destacando dos demais estados através do Projeto Patrulha Rural Georreferenciada, que se forma através da parceria entre a PMGO, Sindicato Rural e Produtores Rurais das regiões onde é implantado o programa, sua criação

ocorreu em 2017 em parceria com os sindicatos rurais e FAEG. Os policiais fazem uma visita comunitária as propriedades rurais, reunindo as informações dos proprietários, fotografando a marca do gado, maquinário e insumos agrícolas, sendo todos os dados lançados no banco de dados do sistema da Patrulha Rural Georreferenciada.

A Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e Sindicatos Rurais apoiam com o fornecimento de instrumentos e equipamentos tecnológicos (GPS, placas de identificação da propriedade rural e numeração, celulares, notebooks e drones) para execução do programa. Os policiais registram a localização da área rural através do GPS, em prosseguimento, cada propriedade e numerada, ficando identificada com placas que informam que aquela propriedade é monitorada pela Patrulha Rural. Havendo um pedido de emergência, o proprietário comunicara o número de seu cadastro e a PM já terá um banco de dados, que direcionara os policiais diretamente ao local com auxílio do GPS para o deslocamento mais ágil e eficaz. É importante destacar que haverá a setorização da área da Organização Policial Militar em quadrantes rurais. Assim vai haver uma rota por turno de serviço com as propriedades catalogadas e georreferenciadas, que deveram ser visitadas. A patrulha deverá ser fixa em cada quadrante, com policiamento personalizado, com relação de proximidade com a sociedade.

O presente artigo visa investigar o seguinte problema: O aumento da área de atuação do programa patrulha rural georreferenciada beneficiara a população que vive na área rural de que forma? De forma específica a pesquisa visa responder aos seguintes questionamentos: Como e feita a gestão do programa? A implementação do programa e seus resultados contribuem para sua expansão? Tais questionamentos, extraídos da formulação do problema, norteiam esta pesquisa.

O objetivo geral do estudo foi verificar os recursos existentes, a gestão atual e constatar se a expansão do Programa Patrulha Rural Georreferenciada na PMGO é benefício para a população e para o estado de Goiás. O objetivo específico desta pesquisa foi estudar os padrões de implementação do programa, se sua expansão é benéfica, a população afetada pelo programa, e especificamente identificar e entender como está sendo gerido, implementado além dos resultados do programa, se são positivos ou negativos comparados aos anos anteriores ao mesmo. Foi utilizada a pesquisa qualitativa e documental sobre o tema apresentado, uma vez que este tipo de

pesquisa possibilita uma leitura na qual o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados.

A escolha pelo tema mencionado anteriormente justifica-se pela necessidade premente de estudar e fazer pesquisas sobre a implementação do programa, pois o mesmo cria um vínculo de confiança de mão dupla entre a polícia militar e a população civil do meio rural. A patrulha rural exerce de maneira plena o policiamento comunitário, do ponto de vista social, viabiliza uma consciência de alerta, promovendo que a comunidade do campo se torne um agente ativo na promoção da segurança pública. No aspecto científico da demanda a agilidade no atendimento Policial Militar no Patrulhamento Rural, se justifica pelo aprimoramento consciente de uma atividade planejada pelo Georreferenciamento Rural, permitindo decisões precisas e rápidas, através do cadastro eletrônico da propriedade rural.

Na pesquisa foi feita a análise de legislações, a diretriz da criação da patrulha rural com georreferenciamento, doutrinas e documentos a respeito do tema. Foi realizada ainda visita ao Centro Coordenador do Projeto Patrulha Rural Georreferenciada, com o plano de pesquisar na prática a atuação da PM e difusão do projeto bem como elucidar incertezas a respeito do assunto do trabalho com o Oficial idealizador do projeto e criador do POP 213 (GOIÁS, 2017) de patrulha rural, assim como estatísticas fornecidas pelo Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás, de forma lógica e dedutiva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLÍCIA MILITAR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

O Brasil como Estado Democrático de direito, ainda em formação, traz na Carta Constitucional de 1988, em seu preâmbulo a premissa de que deve assegurar o exercício de todos os direitos básicos como os sociais, individuais, a liberdade e

segurança, o bem-estar, levando em conta o desenvolvimento com igualdade e justiça como valores superiores da sociedade.

Notadamente em relação à segurança, nossa lei maior, também expõe em seu título destinado aos direitos e garantias fundamentais. De acordo com o artigo 144, § 5º da Constituição Republicana (BRASIL, 1988), e responsabilidade das polícias militares, o policiamento de forma ostensiva, preservando a ordem pública. Assim desempenhado sua missão constitucional de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, a Polícia Militar sempre deverá desenvolver suas ações focadas no atendimento ao interesse público.

A Constituição Estadual do Estado de Goiás (GOIÁS, 1989) em seu artigo 124, enumera as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar. A famigerada norma legal traz que, além da segurança e do policiamento ostensivo, as atribuições da Polícia Militar abrangem: a polícia judiciária militar; a orientação e instrução da Guarda Municipal; a garantia do exercício do poder de polícia a outros órgãos da administração; e o policiamento de trânsito urbano e rodoviário e ambiental.

É notável o quão vasto se tornou as atribuições da Polícia Militar do Estado de Goiás, as mesmas visam a evolução de ações voltadas à continuidade de um ambiente social mais protegido e equilibrado.

2.2 POLICIAMENTO RURAL NO BRASIL

Os estudos sobre a violência na zona rural são escassos e pouco tem sido feito em relação ao policiamento ostensivo, comunitário com enfoque na prevenção em áreas rurais. São destaques no Brasil a Polícia Militar de Minas Gerais, de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Goiás.

Conforme Souza (2007), o estabelecimento de normas para a padronização da atividade de policiamento rural na Polícia Militar de Minas Gerais se deu por meio da edição da Instrução n. 03/06-CG (MINAS GERAIS, 2006), do Comando Geral da Corporação, definindo parâmetros para o emprego da PMMG no policiamento ostensivo

em áreas rurais, definindo critérios de execução, padronizando a implantação da atividade e a atuação das guarnições nas áreas rurais. (COSTA, 2016)

Em São Paulo, a Polícia Militar instituiu a Diretriz n. PM3-008/02/04, de 29 de junho de 2004 (SÃO PAULO, 2004), que versava sobre o Policiamento Rural, tendo sido esta revogada a partir da criação da Diretriz n. PM3-001/02/09 (SÃO PAULO, 2009), que estabeleceu os pilares administrativos, doutrinários e operacionais da nova estruturação e com o desenvolvimento de uma nova sistemática de atuação do policiamento rural. (COSTA, 2016)

Nos dizeres de Gesser (2009 *apud* COSTA, 2016), em Santa Catarina a Polícia Militar, alterou a nomenclatura de policiamento ostensivo rural para patrulha rural, sendo uma atividade de preservação da ordem pública no ambiente rural, tendo como objetivo prevenir e reprimir delitos no campo, no ano de 2007, sob o Comando do Policiamento Ambiental, que existe desde o ano de 1992. A PMSC, por meio da Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental, atual unidade de Policiamento Militar Ambiental (PMA), criou a Nota de Instrução n. 01/SETEC/Gu Esp PMA/07 (SANTA CATARINA, 2007), que estabeleceu os critérios para o seu emprego na atividade ostensiva de patrulhamento em zona rural, institucionalizando definitivamente o policiamento nas áreas rurais como apoio às unidades de área existentes.

Segundo Souza (2007) na Polícia Militar do Estado do Paraná, a patrulha rural foi fundada em janeiro de 1996, com ações do policiamento tradicional. A partir do ano 2000 iniciou-se o policiamento rural comunitário. Se diferencia das demais por causa das equipes que realizam visitas sistematizadas a donos de terras, trabalhadores e agricultores de menor porte, nas quais buscam fazer o levantamento das prioridades de segurança destes, bem como determinar os problemas específicos que cada um enfrenta. Na Patrulha Rural Comunitária os policiais militares, desenvolvem uma relação de proximidade muito grande com a população da área, conhecem suas rotinas o que torna mais fácil repassar orientações importantes para a prevenção de furtos e roubos e outras situações.

2.2.1 O POLICIAMENTO RURAL EM GOIÁS

Segundo dados da Polícia Militar do Estado de Goiás (GOIÁS, 2008), o patrulhamento rural foi criado no Estado de Goiás no ano de 1993 nos municípios de Indiara e Piracanjuba, e em 1994 em Quirinópolis, objetivando prevenir e o dominar a criminalidade no meio rural. A demanda percussora do policiamento rural foi o combate a criminalidade, com foco especial furto de gado.

A insuficiência de recursos da Polícia Militar de Goiás, e impossibilidade de prover viaturas para o policiamento na zona rural, ocasionou a mobilização dos sindicatos e das associações rurais que, em parceria com os comandantes das unidades de policiamento em questão, ofereceram viaturas e as condições para a manutenção destas. Em contrapartida, a corporação disponibilizou o efetivo de policiais militares e o combustível para o patrulhamento ostensivo. (COSTA, 2016)

O policiamento rural ostensivo é realizado de acordo com Procedimento Operacional Padrão nº 213 (GOIÁS, 2017), por patrulhas rurais compostas por dois ou três policiais, que atuam no campo percorrendo estradas principais e vicinais que dão acesso às propriedades rurais dos municípios em que existe tal modalidade de policiamento. O policiamento consiste em visitar as propriedades rurais, cadastrando os nomes dos proprietários e dos funcionários, assim como a localização da propriedade. Os policiais militares fornecem o número de seu telefone celular, orientando para que haja o imediato acionamento. Dessa forma, será possível um atendimento mais rápido e haverá mais informações a respeito de pessoas e veículos estranhos às comunidades rurais em situação suspeita.

Nos dizeres de Silva (2010 apud COSTA, 2016) que pesquisou em Goiás a eficácia do Patrulhamento Rural na Polícia Militar goiana, através de experiências adquiridas no policiamento ostensivo rural no município de Quirinópolis-GO, área da 12ª CIPM. Foi utilizado uma pesquisa de campo, que objetivou verificar se o policiamento rural tinha contribuído para a redução das atividades criminosas em função da integração da Polícia Militar e da comunidade e a possibilidade da implantação de patrulhas rurais aumentou a sensação de segurança nos moradores das comunidades rurais. Evidenciou o alto grau de satisfação da comunidade atendida em relação ao serviço prestado pela patrulha rural no município, notando-se também o

aumento da sensação de segurança da comunidade rural, alcançado pelo patrulhamento preventivo realizado pela patrulha rural.

Nos dizeres de Leal (2019 *apud* COSTA, 2016) em seu trabalho de pesquisa de campo, verificou qual formação adicional o policial militar goiano necessita para atuar no bioma Cerrado no combate aos crimes ambientais, na violência e na criminalidade por meio do Patrulhamento Ambiental e do Patrulhamento Rural. Nessa pesquisa, comprovou a proficiência do conhecimento dos policiais militares quanto ao que se refere aos crimes que afetam o meio urbano, mas tal assertiva não é igualmente verdadeira em relação ao meio rural. O autor destacou a necessidade de inserir no Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) as rotinas de emprego da Patrulha Rural, a fim de possibilitar uma eficaz atuação da Polícia Militar para prevenir e reprimir crimes na zona rural, além de prestar um serviço de qualidade às comunidades rurais.

2.3 GEORREFERENCIAMENTO

A localização das propriedades rurais é algo difícil quando não se conhece plenamente a região, tendo como uma agravante, a vasta extensão territorial da zona rural. Para facilitar a localização das propriedades de forma objetiva e ampla, é necessário um georreferenciamento da localidade.

Podemos entender que Georreferenciar um terreno, é delimitar a seu formato, tamanho e localização, por meio de mecanismos de pesquisas topográficas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em acolhimento ao que recomenda a Lei 10.267/01 (BRASIL, 2001), requer que o georreferenciamento faça-se efetivado consoante a Diretriz Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, que decreta a compulsoriedade de relatar suas fronteiras, particularidades e conferência por meio de memorial descritivo realizado por profissional habilitado - com a emissão da devida Anotação de Responsabilidade Técnica, por parte do CREA - trazendo as coordenadas das extremidades delimitadoras das divisas dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a exatidão posicional de 50 cm

sendo atingida na determinação de cada um deles (art. 176, § 4º, da Lei 6.015/73, com redação dada pela Lei 10.267/01).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo visa clarificar se o aumento da área de atuação do programa patrulha rural georreferenciada beneficiara a população que vive na área rural, de forma específica a pesquisa visa responder de que forma e feita a gestão do programa, assim como se sua implementação e seus resultados, contribuem para sua expansão em Goiás. O objetivo geral do estudo é verificar os recursos existentes, a gestão atual e constatar se a expansão do Programa Patrulha Rural Georreferenciada na PMGO seria benefício para a população e para o estado de Goiás. Para tanto, foi analisado material já elaborado, como artigos científicos, livros e legislação nacional e estadual a respeito do tema.

O Estudo em questão baseou-se em legislações estaduais estudos feitos em outros entes da federação, principalmente dos estados de Minas Gerais, de Santa Catarina, São Paulo e Paraná que são os precursores no patrulhamento rural do país, e buscou comparar o programa patrulha rural nesses estados com que ocorre em Goiás, uma vez que são os precursores no Brasil, bem como em artigos científicos a respeito do assunto, além de entrevistas e estatísticas fornecidas pelo Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás.

O outro método utilizado foi o levantamento de dados estatísticos em órgãos oficiais como o Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Foi realizada uma visita a central de coordenação do Programa Patrulha Rural Georreferenciada, assim como entrevista com o oficial autor do projeto na PMGO, responsável pelo mesmo na região de Catalão.

Foi escolhida a realização da entrevista semiestruturada, sendo esta aquela na qual o entrevistador possui uma vasta liberdade para realizar perguntas e observações que lhe forem pertinentes ao tema, assim como é conferido ao entrevistado, igualmente, a liberdade e maleabilidade necessária para se manifestar, expondo da maneira que lhe convier, as respostas aos questionamentos efetuados.

O Entrevistado foi selecionado para a entrevista em razão da importância da função que ocupa e da relevância dos serviços por ele prestado, assim como seu profundo conhecimento a respeito do tema, para o enriquecimento da presente pesquisa.

A entrevista foi agendada via telefone e realizada no local de trabalho do entrevistado por meios eletrônicos. As respostas foram obtidas, anotadas e analisadas dentro do contexto geral do trabalho, juntamente com os demais dados apurados nas pesquisas estatística e bibliográficas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 GESTÃO DO PROGRAMA

Conforme a pesquisa bibliográfica realizada, verificou-se que, em virtude de o presente trabalho abordar um tema ainda pouco explorado, não há doutrina que trate especificamente da matéria, mas sim alguns trabalhos abordando o tema patrulha rural, mas nenhum com enfoque no georreferenciamento.

Desta forma, o estudo em questão baseou-se em legislações estaduais de outros entes da federação, principalmente dos estados de Minas Gerais, de Santa Catarina, São Paulo e Paraná que são os precursores no patrulhamento rural do país, bem como em artigos científicos a respeito do assunto, além de entrevistas e estatísticas fornecidas pelo Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Em Goiás o Programa Patrulha Rural Georreferenciada possui a coordenação do Programa estabelecido em Goiânia, à coordenação difunde as diretrizes do programa pelo estado através dos sindicatos rurais e da FAEG. Os produtores rurais manifestam a vontade da instalação do programa em suas regiões, é realizado uma palestra para apresentação do programa, a Polícia Militar entra com o efetivo treinado e o combustível, os sindicatos rurais entram com o patrocínio de todo equipamento. Todos esses procedimentos são estabelecidos no POP número 213 da polícia militar goiana.

Segundo o entrevistado a expansão do Programa Patrulha Rural é muito importante, porque para o estado, 70% do PIB vem do agronegócio, então nossa economia é alicerçada no agronegócio, assim se faz necessário o direcionamento dos trabalhos de segurança pública onde é gerada a riqueza. E foi nesse sentido que vem sendo realizada a ampliação do programa patrulha rural georreferenciada para todos os regionais da polícia militar no estado de Goiás. Hoje a Patrulha está presente 56 municípios focados na dinâmica de patrulha rural georreferenciada. Seu primeiro alvo foi atingir essa expansão, que será continuada trabalhando dentro do cronograma para atingir 100 municípios agora em 2019, em catalão a meta é chegar em 2000 propriedades, já estando com quase 1700 propriedades cadastradas, Catalão é a cidade pioneira nessa modalidade no estado de Goiás.

4.2 EXPANSÃO DO PROGRAMA EM BENEFÍCIO À POPULAÇÃO QUE VIVE NA ZONA RURAL

Conforme o entrevistado, o Programa Patrulha Rural Georreferenciada é referência nacional, como já foi mostrado no programa globo rural já houve visitas em catalão de comitivas do Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, já foi enviado material para Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, foi enviando material para o Paraná através da terceira seção do estado maior de lá, que entrou em contato. Houve também visita de oficiais da polícia japonesa para aprender o

funcionamento do nosso sistema supracitado. Um dos objetivos do plano estratégico da instituição, o de cadastrar 100% das propriedades rurais, hoje já estão cadastradas mais de 8000 propriedades, mas tendo como meta mais de 100.000 propriedades rurais no estado de Goiás

O trabalho exercido pela Patrulha Rural Georreferenciada vem se destacando no Estado de Goiás em vários aspectos, a implementação do programa potencializou a quantidade de atendimentos que a patrulha fazia, se comparado a antes do uso do georreferenciamento. A patrulha rural exerce de maneira plena o policiamento comunitário, do ponto de vista social, viabiliza uma consciência de alerta, promovendo que a comunidade do campo se torne um agente ativo na promoção da cultura de segurança pública. Essa proximidade efetivada pelas ações de policiamento comunitário contribui para um bom desenvolvimento das ações de segurança junto à comunidade rural.

Com o uso de dados estatísticos é possível fazer uma avaliação do desempenho da atividade policial por meio do programa, esses dados vão auxiliar a Polícia Militar a ter opção de aplicar as melhores práticas para sua gestão, e embasar a possível expansão do programa patrulha rural georreferenciada em todo o estado, podendo inclusive exportar o programa a nível nacional, o que atrairá investimentos de capital financeiro do estado na PMGO. Assim como Leal (2009 apud COSTA, 2016), em seu trabalho de pesquisa de campo, verificou qual formação complementar o policial militar goiano necessita para desenvolver suas ações no bioma Cerrado no combate aos crimes ambientais e à violência e à criminalidade por meio do Patrulhamento Ambiental e do Patrulhamento Rural.

O crescimento no número de atendimentos nas áreas rurais é expressivo, assim como os resultados com a implementação do programa com georreferenciamento, as inovações tecnológicas potencializaram os atendimentos, como podemos conferir na tabela 1, que traz o relatório fornecido pelo Observatório de Segurança Pública com registro de ocorrências em zonas rurais comparando o ano de 2017, ano em que o programa foi implementado, com o ano de 2018, nos meses de janeiro a agosto, como podemos ver abaixo:

Tabela 1: Relatório de registro de ocorrências em zonas rurais do estado de Goiás, acumulado de janeiro a agosto, ano de 2017 e 2018.

OCORRÊNCIAS	2017	2018	%
LOCALIZAÇÃO/RECUPERAÇÃO DE VEÍCULO	74	95	28,38%
VISITA SOLIDÁRIA	55	39	-29,09%
VISITA COMUNITÁRIA RURAL	1933	7431	284,43%
ABORDAGENS POLICIAIS	7608	18560	143,95%
PRISÕES EM FLAGRANTE	34	45	32,35%
FORAGIDO RECAPTURADO	14	22	57,14%
ARMAS APREENDIDAS	233	115	-50,64%
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1084	1483	36,81%
ROUBO EM ZONA RURAL	57	59	3,51%
FURTO EM ZONA RURAL	417	480	15,11%
FURTO DE SEMOVENTES	107	113	5,61%

Fonte: GEOSP 13/09/2018

Os resultados que foram obtidos em relação aos padrões da taxa de diminuição de criminalidade após a implementação do programa, o registro de ocorrências em zonas rurais do estado de Goiás com acumulado de janeiro a agosto dos anos de 2017 e 2018. Com a base de dados de resultado positivo em relação a efetividade do programa, assim como sua aplicabilidade na área rural, pode-se concluir assim, que o programa através do uso da tecnologia, implantação da filosofia inicialmente de polícia comunitária, depois de serviço de inteligência e também trabalho reativo como abordagens policiais, apreensões de ilícitos, recuperação de veículos, prisões em flagrante e recapturas de foragidos do sistema prisional tem efeito positivo.

Aumento das Ocorrências Proativas com a Patrulha Rural

(Crescimento comparando 2017 e 2018, entre janeiro e agosto)

Fonte: GEOSP 13/09/2018

Como é possível analisar a partir do gráfico desde a criação da Patrulha Rural Georreferenciada em 2017, com seu segundo ano de atuação ouve um aumento expressivo no número de ocorrências proativas em zona rural, mostrando a melhora na

eficiência e combate ao crime através do programa, e sua maior capacidade de atendimento e registro. Para o entrevistado, foi possível conseguir também a diminuição de muitos crimes envolvendo o roubo e furto de agrotóxicos, uma vez que, o valor agregado nesses defensivos agrícolas é muito grande, hoje é muito mais vantajoso furtar ou roubar defensivos agrícolas do que estourar caixas eletrônicos, devido à grande quantidade de valor agregado desse material, e sua falta de vigilância propiciando terreno perfeito para os crimes.

A responsabilidade de quem trabalha nessa área é muito grande de construir sempre uma imagem muito positiva, muito próxima das pessoas que ali residem e que confiam em nós, como realmente somos, a última trincheira para combate do mal. A continuidade e expansão deve continuar principalmente com foco nesse trabalho preventivo para que a criminalidade não venha a aumentar no meio rural. Houve uma diminuição significativa de crimes envolvendo o roubo e furto de agrotóxicos, o valor agregado nesses defensivos agrícolas é muito grande, hoje é muito mais compensador furtar ou roubar defensivos agrícolas do que estourar caixas eletrônicos, devido à grande quantidade de valor agregado desse material.

O Programa cuida de uma área estratégica do estado de Goiás, sua expansão só tem a beneficiar a população da zona rural como um todo, assim como o próprio estado de Goiás em sua economia. Quando o entrevistado aduz que 70% da economia goiana vem da zona rural, fica mais que claro que é uma área que deve ter uma atuação incisiva da Polícia Militar, tanto produtos rurais, insumos agrícolas e maquinários são de alto custo no mercado comercial. As fazendas por serem locais de difícil acesso, isolados, com pouca presença do estado se tornam alvos fáceis à ação de criminosos, no combate e prevenção aos crimes acontecidos no campo a tecnologia e a parceria com a comunidade e sindicatos agrícolas, ajudam de maneira fundamental o combate ao crime de forma preventiva, voltado à resolução do conflito de forma mais ágil e prática, com inteligência e planejamento.

Com a realização da entrevista com o oficial responsável pelo programa em Catalão foi possível chegar a conclusão parecida com a do entrevistado, a expansão do programa em 100% do nosso estado seria benéfica para população uma vez que seria possível mapear todas as propriedades do estado de Goiás, assim como cadastrar todos os bens de todas as propriedades o que tornaria mais fácil e ágil a localização de bens

furtados ou roubados, assim como permitiria a rápida localização da propriedade rural em qualquer lugar do estado. Esse banco de dados é o primeiro do tipo a ser criado no Brasil, essa tecnologia é fundamental no combate ao crime, esse catalogo pode ser usado em conjunto com outras forças policiais.

A missão de quem trabalha nessa modalidade de policiamento é muito grande, a de construir sempre uma imagem muito positiva, muito próxima das pessoas que ali residem e que confiam na Polícia Militar, como última fronteira para combate do mal. Com muito esforço por parte dos policiais empregando policiamento comunitário a boa imagem da corporação tem sido difundida e requisitada pela população do campo, a mesma clama pela polícia e ajuda constantemente por meio de parcerias e patrocínio. Como na pesquisa de Silva (2010 apud COSTA, 2016), ficou evidente o alto grau de satisfação da comunidade atendida em relação ao serviço prestado pela patrulha rural no município, e possível notar também o aumento da sensação de segurança da comunidade rural, uma vez que a polícia se tornou mais presente, essa sensação foi alcançada pelo patrulhamento preventivo, ostensivo, além das placas de identificação da propriedade rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo geral verificar e estudar os recursos existentes, a gestão atual e constatar se a expansão do Programa Patrulha Rural Georreferenciada na PMGO seria benefício para a população e para o estado de Goiás. No decorrer da pesquisa sobre o tema, pôde-se fazer uma análise sobre a atuação da Polícia Militar no interior de Goiás através do Programa Patrulha Rural Georreferenciada e a necessidade de sua expansão. Para isso foi feita pesquisa de campo por meio de entrevista com o coordenador do programa na região de Catalão, da referida unidade policial, bem como levantamento de dados por meio do Observatório de Segurança da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

Pode-se chegar a elaboração de alguns fatores que contribuem para expansão do programa Patrulha Rural Georreferenciada em benefício da população goiana como: redução dos índices de criminalidade, aumento de ocorrências proativas, assim como aumento da sensação de segurança em áreas rurais; aumento da proximidade entre a Polícia Militar e a população, uma vez que a população quem solicita a implantação do programa e o financia em parceria com os sindicatos rurais; otimiza a atividade policial com o georreferenciamento de toda a zona rural do estado, assim como diminui o tempo de atendimento das ocorrências; por fim, a criação do banco de dados no sistema da Patrulha Rural, no qual todos os bens da propriedade são catalogados e identificados, o primeiro do tipo no Brasil.

Ficou constatado que desde a criação da Patrulha Rural Georreferenciada em 2017, houve um aumento expressivo no número de ocorrências proativas em zona rural, mostrando a melhora na eficiência e combate ao crime através do programa, e sua maior capacidade de atendimento e registro. Através do uso de dados estatísticos é possível fazer uma avaliação do desempenho da atividade policial através do uso do programa e sua significativa evolução, esses dados vão auxiliar a Polícia Militar a ter opção de aplicar as melhores práticas para sua gestão, e embasar a possível expansão do programa patrulha rural georreferenciada em todo o estado, podendo inclusive exportar o programa a nível nacional, o que atrairá investimentos de capital financeiro do estado na PMGO.

Em entrevista realizada entrevista com o coordenador local do programa na região de Catalão, e em visita a central de coordenação do Programa Patrulha Rural Georreferenciada em Goiás, foi constatado que 70% do PIB do estado vem do agronegócio, nossa economia e alicerçada no agronegócio, assim se faz necessário o direcionamento dos trabalhos de segurança pública onde é gerada a riqueza. E nesse sentido que vem sendo realizada a ampliação do programa patrulha rural georreferenciada para todos os regionais da polícia militar no estado de Goiás. Hoje a Patrulha está presente 56 municípios focados na dinâmica de patrulha rural georreferenciada.

A exploração do tema é importante, pois demonstra a imprescindibilidade da administração da PM buscar cada vez mais à amplificação do programa, até que atinja 100% do nosso estado, beneficiando toda a população rural, uma vez que seria

possível mapear todas as propriedades do estado de Goiás, assim como cadastrar todos os bens de todas as propriedades o que tornaria mais fácil e ágil a localização de bens furtados ou roubados, assim como permitiria a rápida localização da propriedade rural em qualquer lugar do estado. Esse banco de dados é o primeiro do tipo a ser criado no Brasil, essa tecnologia é fundamental no combate ao crime e segurança da população rural.

Os resultados que foram obtidos em relação aos padrões da taxa de diminuição de criminalidade após a implementação do programa, comparando com o período anterior, torna-se relevante para a gestão do planejamento na Polícia Militar do Estado de Goiás. Pois assim, poderá auxiliar a Polícia Militar a ter opção de aplicar as melhores práticas para sua gestão, e embasar a possível expansão do programa patrulha rural georreferenciada em todo o estado, podendo inclusive exportar o programa a nível nacional, o que atrairá investimentos de capital financeiro do estado na PMGO. Após o exposto recomenda-se que o programa seja expandido e estudado buscando sua otimização.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subseção de edições Técnicas, 2008.

_____. **Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela lei 10.267, de 28 de agosto de 2001**. Altera dispositivos das Leis nºs 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

CESP II/2007) – **Centro de Pesquisa e Pós-Graduação** – CPP da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM), Fundação João Pinheiro (FJP), Belo Horizonte, 2007.

COSTA, José Luiz da. **O patrulhamento rural de Uberaba: Análise de seus resultados e a influência na criminalidade e na segurança pública em 2007**. 2008. 86f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP II – 2008) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008.

COSTA, Leon Denis da. **O Policiamento Rural em Goiás: Patrulhas Rurais Comunitárias**. REBESP, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 51-58, 2016.

GESSER, Emiliano. **O Policiamento Comunitário nas áreas rurais**. 2009. 79f. Monografia (Especialização em administração de Segurança Pública) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GOIÁS, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. **Constituição do Estado de Goiás**. Revista e atualizada. 1997.

LEAL, Paulo Célio de Souza. **Formação do Policial Militar do Estado de Goiás para atuar no bioma cerrado**. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável) – Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia-Goiás, 2009.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - PMMG. 3ª Seção do Estado Maior da PMMG. **Instrução n. 03/2006**. Regula a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no Policiamento Ostensivo em Zona Rural. Belo Horizonte/MG, 2006.

_____. **Diretriz para produção de serviços de segurança pública n. 3.01.06/2011** – CG: Regula a aplicação da filosofia de polícia comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS-PMGO. **Procedimento operacional padrão**. 3ª ed. rev. e amp. Goiânia: PMGO, 2014.

_____. **Diretriz n. PM3-001/02/09**

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diretriz n. PM3-003/03/17**.

. **SISTEMA DE GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (GESPÓL)**. 2. ed. São Paulo, 2010.

POLICIAMENTO RURAL - **Uma Nova Sistemática de atuação**. São Paulo, 23/07/2009.

SILVA, Marcelo Amado; FERREIRA, Paulo Roberto Barbosa. **Eficácia do Patrulhamento Rural na Polícia Militar do Estado de Goiás** – os casos dos municípios de Quirinópolis e Gouvelândia. 2010. 41f. Artigo Científico (Curso Superior de Polícia – Especialização), Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2010.

SOUZA, Valmir de. **O planejamento da Segurança Pública na Fronteira da região do Lago do Itaipu**: uma análise a ação conjunta de agricultores de Guaíra - PR na formação da Patrulha Rural da Polícia Militar- A efetivação do policiamento comunitário. 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-Paraná, 2007.

APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada

Entrevista semiestruturada dirigida para pesquisa e orientação sobre o Programa Patrulha Rural Georreferenciada desenvolvido na Polícia Militar do Estado de Goiás

A referida entrevista, é direcionada ao coordenador de Patrulhas Rurais do Estado Goiás, visando obter informações acerca de como é feita a gestão, impacto e expansão do programa no âmbito desta instituição.

ENTREVISTA

1. Nome completo?
2. Idade?
3. Posto/Graduação?
4. Local de trabalho e função que ocupa?
5. Há quanto tempo está lotado nesta unidade?

6. Ingressou na Polícia Militar do Estado de Goiás em que ano?
7. Qual a origem do Programa Patrulha Rural em Goiás?
8. Como funciona na prática o Programa Patrulha Rural Georreferenciada?
9. Quantos municípios em Goiás já contam com o programa?
10. Qual a importância da expansão do programa em Goiás?

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), leigue92@gmail.com ; Goiânia – Go, novembro de 2018.

² Professor orientador: Especialista, Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (CAPM), geysonborba@hotmail.com, Goiânia – Go, novembro de 2018.